

CERTIFICAÇÃO E DISPUTA TERRITORIAL NA AMAZÔNIA: A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA DE PRODUTOS ORGÂNICOS DO XINGU (COOPOXIN) EM BRASIL NOVO, PARÁ

CERTIFICACIÓN Y DISPUTA TERRITORIAL EN LA AMAZONÍA: LA EXPERIENCIA DE LA COOPERATIVA DE PRODUCTOS ORGÁNICOS DO XINGU (COOPOXIN) EN BRASIL NOVO, PARÁ

CERTIFICATION AND TERRITORIAL DISPUTE IN THE AMAZON: THE EXPERIENCE OF THE COOPERATIVA DE PRODUTOS ORGÂNICOS DO XINGU (COOPOXIN) IN BRASIL NOVO, PARÁ



Thiago Silva DOS SANTOS¹
e-mail: thiagosilva12@discente.ufg.br



José Antônio HERRERA²
e-mail: herrera@ufpa.br

Como referenciar este artigo:

SANTOS, T. S.; HERRERA, J. A. Certificação e disputa territorial na Amazônia: a experiência da Cooperativa de Produtos Orgânicos do Xingu (COOPOXIN) em Brasil Novo, Paraná. **Rev. Formação (Online)**, Presidente Prudente, v. 33, n. 00, e026010, 2026. e-ISSN: 2178-7298. DOI: 10.33081/33e026010



| Submetido em: 11/08/2022
| Revisões requeridas em: 19/03/2025
| Aprovado em: 22/07/2025
| Publicado em: 07/08/2026

Editor: Prof.^a Dra. Danielle Cardozo Frasca Teixeira
Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Cruz

¹ Universidade Federal do Pará (UFPA), Pará (PA) – Brasil. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo UFPA

² Universidade Federal do Pará (UFPA), Pará (PA) – Brasil. Professor da Faculdade de Geografia (FacGeo) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo).

RESUMO: Este artigo analisa a experiência da Cooperativa de Produtos Orgânicos do Xingu (COOPOXIN) em Brasil Novo, Pará, como estratégia de organização territorial e resistência frente à lógica do capital e ao abandono estatal na Amazônia. Criada em 2005, a cooperatirentesca reorganizar a cadeia produtiva do cacau a partir da lógica orgânica, promovendo a certificação orgânica, a qualidade das amêndoas e o acesso a mercados nacionais e internacionais. Com abordagem quali-quantitativa, o estudo demonstra que a COOPOXIN atua em quatro municípios (Brasil Novo, Uruará, Medicilândia e Altamira), agregando 52 produtores até 2021. Os resultados revelam desafios como a transição do modelo convencional para o orgânico, a escassez de crédito para pequenos agricultores e a necessidade de adequação a certificações rigorosas (como USDA Organic e União Europeia). Apesar dos desafios territoriais, econômicos e culturais, a cooperativa fortalece uma identidade territorial, com a valorização do cacau da Transamazônica e oferece alternativas à exploração por atravessadores e grandes empresas, reestruturando as relações de trabalho, promovendo práticas sustentáveis e ecológicas. Desde modo, é possível destacar que o cooperativismo, na experiência da COOPOXIN, vem sendo uma ferramenta essencial para o desenvolvimento local, transformando a lógica produtiva e inserindo os agricultores em mercados justos, construindo de pelo exercício da disputa no campo, um novo reordenamento do território.

PALAVRAS-CHAVE: Produção orgânica. Cooperativismo. Organização do território.

RESUMEN: Este artículo analiza la experiencia de la Cooperativa de Productos Orgánicos Del Xingu (COOPOXIN) en Brasil Novo, Pará, como estrategia de organización territorial y resistencia frente a la lógica del capital y el abandono estatal en la Amazonía. Creada en 2005, la cooperativa busca reorganizar la cadena productiva del cacao a partir de una lógica orgánica, promoviendo la certificación orgánica, la calidad de los granos y el acceso a mercados nacionales e internacionales. Con un enfoque cuali-cuantitativo, el estudio demuestra que COOPOXIN actúa en cuatro municipios (Brasil Novo, Uruará, Medicilândia y Altamira), agrupando a 52 productores hasta 2021. Los resultados revelan desafíos como la transición del modelo convencional al orgánico, la escasez de crédito para pequeños agricultores y la necesidad de adecuación a certificaciones rigurosas (como USDA Organic y Unión Europea). A pesar de los desafíos territoriales, económicos y culturales, la cooperativa fortalece una identidad territorial, con la valorización del cacao de la Transamazônica, y ofrece alternativas a la explotación por intermediarios y grandes empresas, reestructurando las relaciones laborales y promoviendo prácticas sustentables y ecológicas. De este modo, es posible destacar que el cooperativismo, en la experiencia de COOPOXIN, se ha convertido en una herramienta esencial para el desarrollo local, transformando la lógica productiva e insertando a los agricultores en mercados justos, construyendo, mediante el ejercicio de la disputa en el campo, un nuevo reordenamiento del territorio.

PALABRAS CLAVE: Producción orgánica. Cooperativismo. Ordenamiento territorial.

ABSTRACT: This article analyses the experience of the Xingu Organic Products Cooperative (COOPOXIN), in Brasil Novo, Pará, as a strategy of territorial organisation and resistance to the logic of capital and state neglect in the Amazon. Founded in 2005, the cooperative seeks to reorganise the cocoa production chain through an organic rationale, promoting organic certification, the quality of cocoa beans, arenteess to national and international markets. Adopting a qualitative-quantitative approach, the study demonstrates that COOPOXIN operates in four municipaliti-s - Brasil Novo, Uruará, Medicilândia, and Altamira – bringing together 52 producers as of 2021. The results reveal challenges such as transition from the conventional to the organic model, the scarcity of credit for small farmers, and the need to comply with rigorous certification standards, such as USDA Organic and European Union certification. Despite territorial, economic,

and cultural challenges, the cooperative strengthens a territorial identity through the valorisation of cocoa from the Transamazon region and offers alternatives to exploitation by intermediaries and large companies, restructuring labour relations and promoting sustainable and ecological practices. Thus, it is possible to highlight threntetivismoism, in the experience of COOPOXIN, has becona an essential tool for local development, transforming the productive logic and inserting farmers into fair markets, while constructing, through the exercise of dispute in the countryside, a new reordering of the territory.

KEYWORDS: *Organic production. Cooperativism. Territorial organisation.*

Introdução

O território amazônico, historicamente, vem sendo receptor de pressões, inicialmente na década de 1950 e mais intensidade na década de 1970 (Herrera; Nascimento, 2019), época de intensa ocupação, cujo marco central foi a construção de eixos rodoviários capazes de aumentar a porosidade do território. O Estado brasileiro, neste momento, operacionalizou diversas ações, as quais objetivavam o domínio territorial e a capacidade de promover maior apropriação e uso dos recursos naturais.

O grande capital, respaldado pelo Estado, impõe na Amazônia mudanças que, inicialmente, são negadas pelos sujeitos atingidos, mas que acabam exigindo adaptações às novas dinâmicas. É nesse contexto que se insere o município de Brasil Novo, cuja trajetória é marcada pela resistência local frente às desigualdades nos processos de reprodução social. Essa resistência surge, sobretudo frente a de adaptação dos agricultores diante do abandono estatal, que os excluiu das políticas públicas e da gestão territorial.

Na tentativa de superar o abandono imposto pelo Estado, consolidou-se em Brasil Novo uma forte organização local, articulada por movimentos sociais, cooperativas de produtores, sindicatos, movimentos de mulheres e associações. Segundo Lunelli, Rocha e Souza (2018), a Igreja Católica teve papel central nesse processo, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que atuavam na formação política e social da população, com base na Teologia da Libertação. A fé e a política, nesse contexto, tornaram-se pilares fundamentais para a consolidação da organização social no município.

Os sujeitos envolvidos na organização social perceberam a urgência de fortalecer o setor produtivo. A região, com a cacauicultura como principal atividade econômica, já se destacava como um dos principais polos produtivos da Amazônia, apesar da desorganização dos agricultores e da fragilidade da produção. Diante disso, a partir de 2005, algumas organizações sociais começaram a discutir a criação de cooperativas de produção.

O objetivo era ir além da pura comercialização das amêndoas como produto. A ideia central era reorganizar toda a cadeia produtiva, enfrentando os problemas da agricultura convencional, que gerava impactos negativos tanto para o meio ambiente quanto para os trabalhadores. Esse modelo favorecia atravessadores e empresas locais, enquanto reduzia significativamente os ganhos dos agricultores.

As discussões iniciadas em 2005, lideradas por organizações sociais da Transamazônica e do Xingu, tiveram à frente a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP). Como resultado, em 2008 foi criada a Cooperativa de Produtos Orgânicos do Xingu (COOPOXIN), no município

de Brasil Novo. No mesmo movimento, surgiram mais cinco cooperativas nos municípios de Anapu, Pacajá, Vitória do Xingu, Medicilândia e Uruará (Lunelli, 2018). Posteriormente, todas foram articuladas em rede por meio da criação da Cooperativa Central de Produção Orgânica da Transamazônica e Xingu (CEPOTX), em 2014.

A COOPOXIN nasceu com objetivos claros: organizar os agricultores, certificar suas áreas, produzir de forma orgânica e garantir qualidade para acessar os melhores mercados, tanto nacionais quanto internacionais. Sua centralidade estava na articulação regional, buscando inserir-se ativamente nas dinâmicas políticas, econômicas e sociais, sempre em diálogo com os demais movimentos e organizações sociais, com foco no desenvolvimento local.

Dada sua importância, a trajetória da COOPOXIN se tornou objeto deste artigo, que busca analisar sua participação na organização territorial e sua contribuição para a construção da identidade de qualidade das amêndoas de cacau da Transamazônica. O artigo está organizado da seguinte forma: primeiro, um breve contexto histórico da Amazônia; em seguida, a caracterização da área de estudo; depois, a organização dos agricultores; e, por fim, a incorporação do modelo orgânico nas práticas produtivas dos cacaucultores.

Metodologia

O território em estudo é resultado de um conjunto de ações e processos históricos ligados à expansão do capitalismo na Amazônia. Trata-se de um espaço de natureza mutável, moldado por agentes atuando em diferentes escalas e fortemente articulados ao capital externo. As forças produtivas do grande capital, conduzidas pelo modo de produção vigente na região, impõem transformações cotidianas na estrutura territorial para garantir sua hegemonia.

Para compreender essa dinâmica, adota-se uma leitura dialética da produção do espaço amazônico, reconhecendo sua natureza conflitante, suas contradições e seus múltiplos usos. Nesse sentido, o método é fundamental para a leitura dos fenômenos espaciais. Mais do que um conjunto de técnicas e procedimentos, ele é a base para alcançar uma análise crítica e concreta da realidade. Como aponta Sposito (2004), a abordagem dialética do espaço permite evidenciar a materialidade dos objetos e suas contradições.

A pesquisa adotou uma abordagem quali-quantitativa. A vertente qualitativa foi essencial por valorizar a subjetividade, permitindo a estruturação prévia dos dados, a definição das formas de contato e interação com os sujeitos e com o campo, ampliando, assim, a sensibilidade da análise sobre o problema. Já a abordagem quantitativa contribuiu com a organização, o planejamento e a possibilidade de criar e analisar cenários, sendo fundamental

para estruturar e sistematizar os dados. Para isso, foram utilizados tratamentos estatísticos e análise espacial por meio de Sistemas de Informações Geográficas (SIG).

Cabe destacar que este artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado, conduzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. Portanto, os resultados aqui apresentados, apesar de completos para a proposta do artigo, representam apenas pequena parte da pesquisa completa realizada.

Para a aplicação dos questionários, foram selecionados sujeitos com potencial para oferecer respostas mais densas e completas. Foram entrevistados membros fundadores da COOPOXIN, o atual presidente, membros do conselho fiscal, um representante da cooperativa de segundo grau (Cooperativa Central de Produção Orgânica da Transamazônica e Xingu – CEPOTX), além de cooperados sem cargos administrativos.

A escolha dos entrevistados não foi aleatória. Seguiu-se um critério de amplitude, que garantiu a participação ampla e irrestrita de membros da cooperativa. A intenção foi compor um panorama que reunisse tanto a narrativa histórica trazida pelos fundadores quanto visões estratégicas e operacionais, fornecidas por membros da gestão. Isso permitiu compreender melhor o funcionamento da cooperativa, suas relações internas e sua atuação no território e nos mercados. Também foi entrevistado o articulador comercial da cooperativa, responsável pela estratégia de comercialização das seis cooperativas de produção orgânica da região.

Ao todo, foram entrevistadas nove pessoas com algum grau de envolvimento com a cooperativa. Para preservar a identidade dos participantes, seus nomes não foram divulgados; utilizou-se apenas a inicial dos seus nomes como identificação. Neste artigo, foram utilizados alguns entrevistados, devido à limitação de espaço do texto.

Discussões e Resultados

Território, organização cooperativa e dinâmicas produtiva na região do Xingu

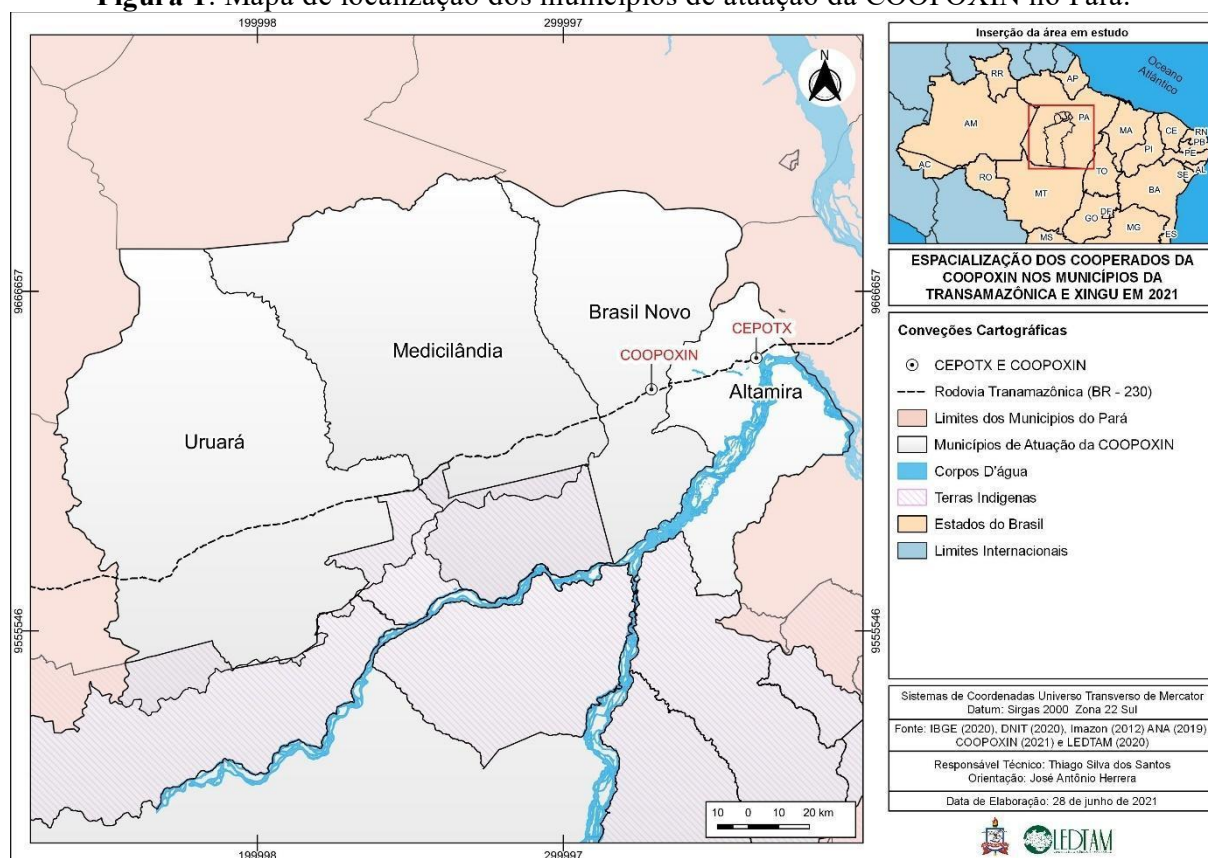
Objetivando avaliar a atuação da Cooperativa de Produtos Orgânicos do Xingu (COOPOXIN) e seus efeitos na organização dos agricultores e na incorporação da produção orgânica no território, torna-se necessária uma breve caracterização de sua área de atuação e limites geográficos.

A COOPOXIN teve origem em 2005, a partir de discussões sobre a produção orgânica de cacau na região da Transamazônica e do Xingu. A iniciativa visava capitalizar o potencial de uma cultura já consolidada e fundamental para a renda de inúmeras famílias locais. O

histórico de desorganização da cadeia cacauceira apresentava, paradoxalmente, uma oportunidade para estruturar um processo de organização dos agricultores e reordenar sua estrutura produtiva e comercial.

Atualmente, a cooperativa possui uma expressiva abrangência territorial, atuando em quatro municípios da Região de Integração do Xingu: Uruará, Medicilândia, Brasil Novo e Altamira. Juntos, esses municípios totalizam uma área de 184.959,916 km² e uma população estimada em 207.862 habitantes, fortemente marcada na produção de cacau e outras atividades agrícolas. A Figura 1 ilustra a distribuição espacial desses municípios e sua intersecção com o eixo da rodovia Transamazônica.

Figura 1. Mapa de localização dos municípios de atuação da COOPOXIN no Pará.



Fonte: Produzido e organizado pelo autor.

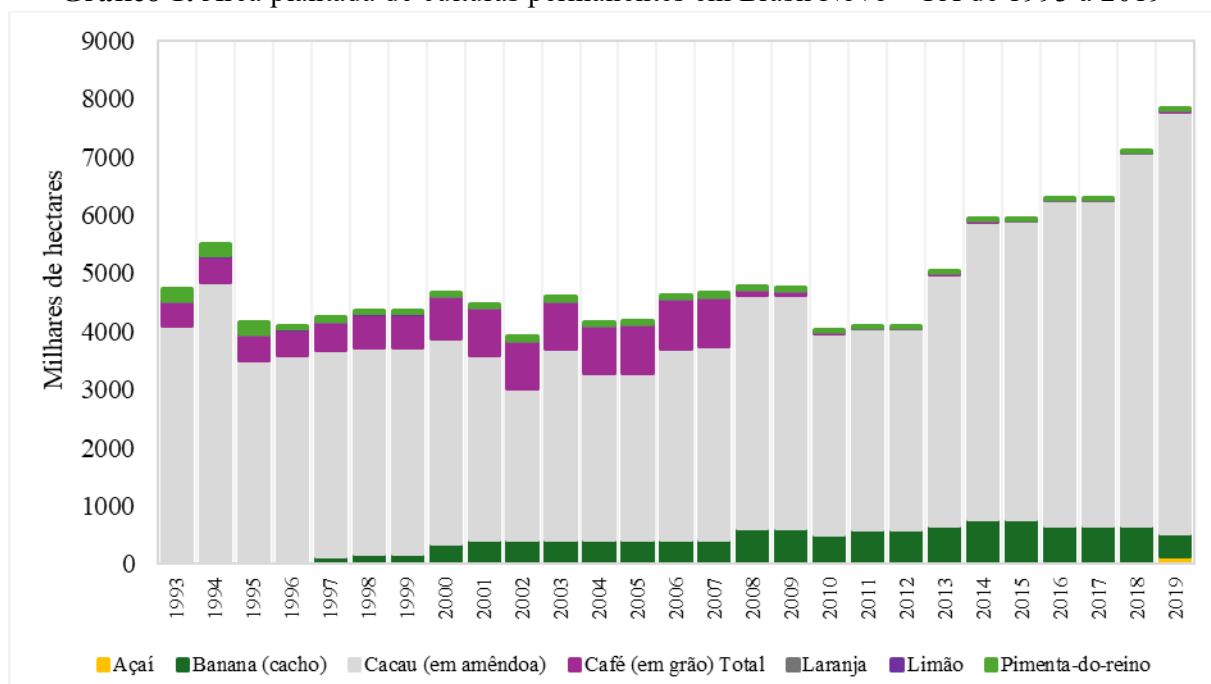
Com esse destaque, buscamos compreender o território de atuação da COOPOXIN como uma realidade concreta, expressão viva de contradições territoriais e da atuação de múltiplas ordens e forças. Nessa perspectiva, torna-se possível ir além dos fatos particulares que aparecem na superfície e apreender os elementos que estruturam esse espaço, não como abstrações, mas como realidades que ganham sentido conceitual. Ou seja, o espaço se torna conceito quando revela o concreto em sua totalidade e atualidade. Como afirma Santos (2014,

p. 19-20): “(...) isso quer dizer que as expressões homem, firmas, instituições, suporte ecológico, infraestrutura somente podem ser entendidos à luz da sua História e do presente.

É necessário, portanto, considerar esses elementos como condições de uma evolução histórica e espacial, que articulam passado e presente em um tempo que se concretiza no espaço. A leitura territorial aqui adotada é dialética, reconhecendo as interações e transformações como parte de um processo contínuo, com variações quantitativas e qualitativas que redefinem os valores e significados atribuídos aos componentes do território.

Nesse contexto, a configuração atual do espaço agrário se apresenta como um fator estruturante da dinâmica local. É a partir dela que se tornam mais claros os caminhos trilhados pelas políticas territoriais do Estado brasileiro na Amazônia. No município de Brasil Novo, os dados apresentados, aliados a uma leitura espacial e empírica, apontam para uma mudança gradual no modelo produtivo, que vem se consolidando ao longo do tempo. Observa-se uma redução nas culturas temporárias, tradicionalmente ligadas à agricultura familiar, além de um aumento expressivo das culturas permanentes, com destaque para o cacau, além da expansão progressiva da pecuária bovina.

Essas transformações refletem escolhas estratégicas do Estado e da iniciativa privada, orientadas pelas exigências dos mercados globais de *commodities* e de produção de carne e derivados. A abertura desses mercados, somada às condições fundiárias favoráveis, facilitou de maneira decisiva a expansão das culturas permanentes e da pecuária extensiva em Brasil Novo, como evidenciam o Gráfico 1 e os dados subsequentes.

Gráfico 1. Área plantada de culturas permanentes em Brasil Novo – PA de 1993 a 2019

Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados SIDRA/IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2019. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas> > Acesso em: 20 de maio de 2020.

Destarte, os estímulos produtivos oriundos de políticas públicas e do mercado contribuíram diretamente para a expansão da cultura do cacau no município. Entre 1993 e 2019, a área plantada passou de 4.060 hectares para 7.261 hectares, o que representa um crescimento de 79%. Em contrapartida, a soma das demais culturas registrou uma redução de 732 para 578 hectares no mesmo período, uma queda de 27%, o que evidencia a valorização do cacau em detrimento de outras culturas que não possuem relevância nos mercados regional e global.

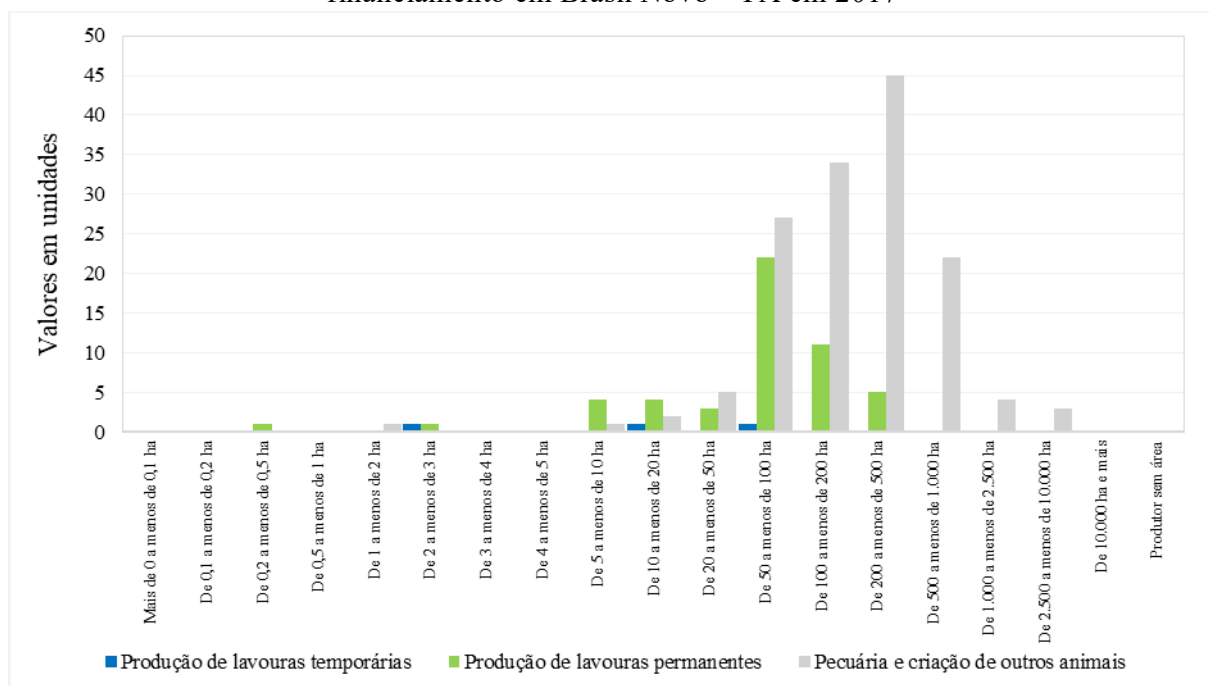
Nesse sentido, Calvi (2019) observa que o cacau e a pecuária vêm assumindo crescente importância, impulsionados pelas dinâmicas do mercado regional. Segundo o autor, historicamente houve uma forte dependência da importação de produtos básicos, como a farinha proveniente do Nordeste e do Baixo Amazonas paraense. Diante da ausência de mercado para culturas locais, muitos agricultores optaram por abandonar determinadas áreas ou convertê-las em plantações de cacau ou pastagens para a criação de gado.

A mudança da paisagem, que passa a assumir características predominantemente agropecuárias, reflete uma estratégia adaptativa dos agricultores diante das determinações do mercado e das heranças históricas da ocupação territorial. Submetidos às lógicas do capital, esses sujeitos adotam a produção de cacau e de gado como alternativa de sobrevivência, o que resulta na homogeneização da paisagem. O que antes era uma paisagem natural ou

agroextrativista, hoje se consolida como um espaço rural produtivo, voltado ao agronegócio e aos mercados de *commodities*.

Um dos principais vetores dessa transformação é o crédito rural. A financeirização da agricultura, impulsionada pelos financiamentos, especialmente voltados a médios e grandes produtores, tem sido determinante para a reestruturação produtiva local. Trata-se de uma lógica nacional que, na Amazônia, assume contornos ainda mais concentradores e excludentes. Em Brasil Novo, os maiores volumes de crédito são destinados a lotes entre 50 e 10.000 hectares, beneficiando fazendeiros e grandes cacauicultores. Essas operações são viabilizadas por bancos, cooperativas de crédito e programas governamentais, o que reforça a concentração do acesso aos recursos e, consequentemente, influencia diretamente a dinâmica agrária do território (Gráfico 2).

Gráfico 2. Número de estabelecimentos agropecuários e atividade econômica que obtiveram financiamento em Brasil Novo – PA em 2017



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IBGE – Censo Agropecuário, 2017.

Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>. Acesso em: 23 de maio de 2020.

As informações apresentadas no gráfico evidenciam três aspectos centrais que ajudam a descortinar a realidade agrária e produtiva do município onde a cooperativa está inserida – um território marcado por disputas desiguais.

O primeiro aspecto diz respeito à distribuição dos financiamentos no setor agropecuário. Observa-se uma concentração significativa de recursos destinados à pecuária e à criação de

outros animais, especialmente em propriedades com áreas entre 50 e 1.000 hectares. Segundo a classificação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)³, essas áreas se enquadram como pequenas e médias propriedades rurais. Isso revela que a maior parte dos financiamentos vai para produtores não familiares, com maior volume de terras, praticando uma pecuária predominantemente extensiva e de baixa produtividade. Já os agricultores familiares que acessam crédito tendem a ser proprietários de áreas pequenas e médias, que detêm até 300 hectares de terras, tem alguma facilidade e menos barreiras no acesso aos recursos.

O segundo aspecto diz respeito ao financiamento da produção de lavouras permanentes, com destaque para o cacau, carro-chefe da economia agrícola local. Essa cultura concentra uma parcela expressiva dos investimentos, com um total de 51 financiamentos, majoritariamente destinados a propriedades com áreas entre 50 e 500 hectares, enquanto áreas menores recebem recursos em proporções muito mais reduzidas.

Produtores com áreas inferiores a 50 hectares, condição na qual se encontra a maioria dos cooperados da COOPOXIN, têm acesso bem mais limitado a financiamentos. A condição desses agricultores, classificados como chacareiros ou minifundiários, os coloca em uma posição de dependência dos mercados locais e das grandes empresas compradoras de cacau. Pela urgência em obter capital e pela ausência de alternativas, é comum que vendam sua produção a preços baixos nos mercados locais ou, em muitos casos, diretamente na propriedade para atravessadores, por valores ainda menores.

É nesse contexto que se justifica a criação e atuação da cooperativa, como forma de organizar esses produtores e oferecer melhores condições de comercialização e acesso a políticas públicas. Essa realidade reforça o que foi relatado pelos próprios cooperados: os critérios adotados pelas instituições financeiras favorecem os grandes produtores e pecuaristas, já que o volume de terra disponível é considerado uma garantia de retorno financeiro e segurança para o crédito. Ou seja, quanto maior a área, maiores as chances de acesso ao financiamento, uma condição que aprofunda as desigualdades já existentes no espaço agrário local.

A condição das lavouras temporárias revela a baixa prioridade dada a esse tipo de cultivo, assim como aos sujeitos que o produzem. Em todo o ano analisado, foram registrados

³ Conforme a Lei nº 8.629/1993 (Art. 4º, incisos II e III), a classificação dos imóveis rurais baseia-se no número de módulos fiscais: considera-se minifúndio o imóvel com área inferior a 1 módulo fiscal; pequena propriedade, aquela entre 1 e 4 módulos; média propriedade, entre mais de 4 até 15 módulos; e grande propriedade, aquela com área superior a 15 módulos fiscais. Além disso, a Lei nº 11.326/2006, que define agricultor familiar e empreendedor familiar rural, também utiliza o módulo fiscal como critério, estabelecendo que esses agricultores não podem deter, a qualquer título, área superior a 4 módulos fiscais ([Módulos Fiscais - Portal Embrapa](#)).

apenas 3 financiamentos voltados a essas culturas, todos em unidades com áreas reduzidas. Isso evidencia uma clara inclinação das políticas de crédito para produções com maior valor de mercado, como o cacau e o gado, em detrimento das culturas voltadas ao abastecimento interno e ao fortalecimento dos mercados locais. Fica evidente, portanto, o pouco esforço institucional e privado para apoiar a agricultura familiar voltada à produção de alimentos – essencial para a soberania alimentar regional e para a reprodução social desses agricultores.

Essa desigualdade reflete as lógicas assimétricas que estruturam o campo brasileiro, marcadas pelo contínuo escanteamento da agricultura familiar e pela crescente financeirização do agronegócio, especialmente o voltado ao comércio de commodities. Nesse contexto, fica claro que o capital, guiado pelo Estado, prioriza os grandes produtores, independentemente do tipo de produção, mantendo a lógica da concentração de terras e capital.

Nesse sentido, destaca-se o depoimento de um membro da cooperativa, que relata as facilidades de acesso ao crédito por parte dos pecuaristas da região. Segundo o cooperado, esses produtores enfrentam menos exigências e burocracias nos processos de financiamento. Essa realidade contrasta fortemente com as dificuldades vividas pelos pequenos agricultores e cooperados que, mesmo organizados, enfrentam barreiras significativas para acessar os recursos disponíveis.

É muito mais fácil para a pecuária, até pelo nosso público. Somos uma cooperativa grande, com vários cooperados, mas com propriedades pequenas. Talvez hoje, 60 % dos cooperados sejam chacareiros, esses não têm os títulos das chácaras, eles não têm escritura pública. Às vezes tem só um contrato de doação, uma carta de anuência, um termo de posse, mas não tem um documento que chegue e dê respaldo para o banco financiar. Diferente do fazendeiro, que conseguiu comprar ou invadir várias áreas, e isso acontece muito, eles chamam o gerente para comer um churrasquinho na casa dele, e isso acontece de verdade. Às vezes o financiamento é realizado na propriedade do cara. Hoje, com a internet, tudo é aprovado lá mesmo. Antes os caras vinham aprovar na segunda-feira, mas hoje com a internet em tudo que é lugar, o cara vem na semana seguinte só buscar o dinheiro (Cooperado J.L., 2020).

Dessa forma, verifica-se diferenças na condução das tratativas para acesso a financiamentos no município. Há, segundo o cooperado, uma facilidade de acesso ao crédito e os destinos da produção a partir da lógica de confiança estabelecida entre os agentes que detêm o capital e os solicitantes. A liberação do financiamento depende não apenas da expectativa de retorno do investimento, mas também das relações pessoais entre produtores e funcionários das instituições financeiras. Essas relações de proximidade muitas vezes determinam quem consegue ou não obter crédito, revelando um processo marcado tanto por critérios econômicos quanto por vínculos informais.

Os financiamentos refletem diretamente as estruturas produtivas presentes no campo. O sucesso de certas culturas e dos próprios produtores está ligado ao que historicamente produzem. Há pouca confiança, poucos incentivos e pouca valorização para produções voltadas prioritariamente à estrutura alimentar.

A redução das lavouras temporárias resulta da priorização de investimentos em culturas mais duradouras, voltadas a médios e grandes produtores, que atendem ao mercado local, nacional e internacional. Esse fortalecimento demonstra a opção dos agentes financeiros por direcionar recursos para estruturas consideradas comercialmente “mais confiáveis”. Com poucas oportunidades, os agricultores menos estruturados acabam sendo incorporados à produção de cacau, que tem comércio estabelecido regionalmente.

Nesse sentido, Herrera (2012) destaca a importância de compreender as racionalidades dos sujeitos no campo e as direções que suas ações tomam na produção do espaço agrário.

As características da base material e as relações sociais que mantêm com o meio determinam condições objetivas de produção desiguais, de tal modo que estabelecem distintos objetivos de reprodução econômica e social. Esses objetivos conformam a finalidade das famílias e o tipo de racionalidade que passa a determinar as estratégias e táticas relativas à produção, estabelecendo diferentes níveis de acumulação e possibilidade de reprodução das unidades produtivas, condicionando diferentes formas de apropriação e uso dos recursos naturais (Herrera, 2012, p. 110).

Como forma de se adaptar à lógica que domina o território que, aliás, apresenta usos distintos, os agricultores locais têm buscado alternativas. Por meio da colaboração, eles criam estratégias e táticas que lhes permitem permanecer nesse jogo complexo e contraditório da produção. Para tanto, entender esses usos e como eles se acomodam ao longo do tempo é fundamental para captar a necessidade de organização local, que se concretizou especialmente pelo cooperativismo.

Sobre isso, Alvarez (2020) reforça que “(...) o uso é o maior dos componentes de análise do fenômeno territorial, por meio dele que é possível retornar às condições anteriores de domínio e exploração”. Para compreender as condições que sustentam a criação da cooperativa, é fundamental entender o território, é dele que partem as bases para sua formação e atuação. As desigualdades presentes nesse território criam as condições para a organização dos produtores e da produção desenvolvida pela COOPOXIN.

Cooperativismo e a incorporação do cacau na produção orgânica

A COOPOXIN foi criada em 2005, iniciando suas atividades com 48 cooperados produtores de cacau no município de Brasil Novo, especificamente nas comunidades das vicinais 13, 14, 15 e 16 (Araújo, 2018). Esse número inicial de cooperados resultou de uma estratégia do corpo político que conduzia a criação da cooperativa na época, que optou por começar com um grupo sólido e territorialmente concentrado. A intenção era facilitar a logística, o diálogo e a organização dos agricultores envolvidos no processo.

O objetivo ao fundar a cooperativa era propor uma nova forma de produzir e organizar as propriedades rurais, valorizando a qualidade da produção e priorizando práticas sustentáveis. A ideia era estabelecer áreas certificadas para produção orgânica, fortalecer o cooperativismo no território e abrir caminhos para vendas coletivas de cacau orgânico, que permanece até hoje como principal produto comercializado (Lunelli, 2018). Com isso, buscava-se oferecer uma alternativa concreta à histórica dependência dos agricultores em relação aos atravessadores, articulando práticas agroecológicas à produção de amêndoas de alta qualidade, voltadas para mercados mais exigentes e remuneradores. Além disto, busca costurar uma alternativa à falta de incentivos e investimentos financeiros aos pequenos produtores de cacau locais, condição marcante no território.

Até 2021, a COOPOXIN contava com 46 cooperados e 52 áreas certificadas ou em processo de conversão para o sistema orgânico, ou seja, sem uso de agrotóxicos ou derivados em nenhuma etapa da produção, respeitando o tempo necessário para eliminação de resíduos de práticas anteriores. A cooperativa atua em quatro municípios da Região de Integração do Xingu, que apesar da existência de outras cooperativas orgânicas na região, algumas optaram por se filiar à COOPOXIN, seja por proximidade geográfica ou afinidade organizacional. Desde sua fundação, a cooperativa tem contribuído de forma ativa para a organização territorial e participado de espaços decisivos na formulação de políticas públicas e na gestão do território.

A Cooperativa de Produtos Orgânicos do Xingu surge como alternativa frente à lógica tradicionalmente hegemônica, centrada na organização capitalista da produção e da comercialização. Ao se apresentar como uma opção viável aos agricultores locais, propõe um caminho de resistência e transformação: organizar, produzir e comercializar coletivamente produtos orgânicos, tanto no mercado nacional quanto internacional.

Para concretizar esse processo, no entanto, foi (e ainda é) necessário superar a desconfiança herdada de experiências frustradas com cooperativas anteriores. É preciso

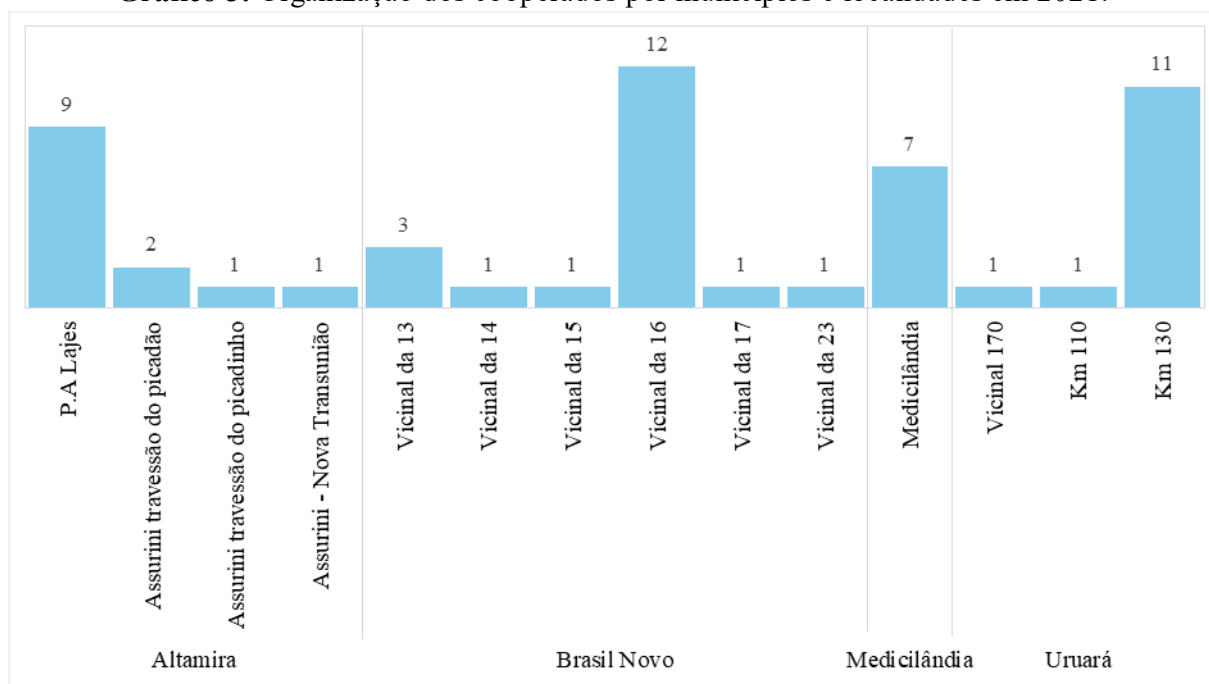
reconstruir a credibilidade do cooperativismo como ferramenta política e econômica. Um dos sócios fundadores compartilhou, em entrevista, a estratégia adotada na fundação da COOPOXIN para garantir não só seu nascimento, mas também sua atuação efetiva e duradoura no território.

Criamos a cooperativa inicialmente com a ideia de ter até 40 cooperados, um grupo pequeno, que era pra dar certo mesmo. Esse grupo precisava ter uma logística próxima, todos deveriam estar próximos uns dos outros, para evitar problemas, tipo ter um cooperado aqui e outro a 20 ou 30 quilômetros, o que dificultaria a cooperação. Porque cooperativa é cooperação, né? E pra isso é preciso ter uma logística geograficamente bem localizada (Cooperado J.A, 2021).

Os fundadores pensaram em iniciar a cooperativa com um número reduzido de cooperados, o que ocorreu com cerca de 48 agricultores e produtores de cacau, priorizando relações de confiança e uma geografia que favorecesse o bom desenvolvimento da organização. No entanto, muitos deixaram o grupo logo no início. A expectativa de retorno imediato, o desconhecimento do processo organizativo, a burocracia envolvida e as exigências das certificações contribuíram para os desafios iniciais da cooperativa. Soma-se a isso a desmotivação causada por comentários de outros produtores e ex-cooperados (Lunelli, 2018).

Apesar dessas dificuldades, o modelo adotado mostrou-se acertado. A maioria dos sócios, com base no município de Brasil Novo, está localizada relativamente próxima uns dos outros, o que facilita a logística para reuniões, assistência técnica e escoamento da produção. Além disso, a cooperativa conseguiu se expandir para outras localidades e municípios, alcançando, em 2021, o total de 52 cooperados, em sua maioria atuando dentro dos padrões da produção orgânica (Gráfico 3).

Gráfico 3. Organização dos cooperados por municípios e localidades em 2021.



Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados disponibilizados pela COOPOXIN, em 2021.

O Gráfico 3 apresenta a organização atual dos cooperados e sua distribuição nos quatro municípios de atuação em 2021. A partir da visualização dos dados, é possível constatar a forte concentração em duas localidades específicas: Vicinal 16, em Brasil Novo, com 12 cooperados, e o Km 130, em Uruará, com 11 cooperados. Juntas, essas localidades somam quase metade do total de cooperados, confirmando a estratégia inicial de territorializar os membros em áreas de fácil acesso e com relações próximas.

Além disso, outras regiões com número expressivo de cooperados são o Projeto de Assentamento Lajes, em Altamira (9), e o município de Medicilândia, com 7 cooperados distribuídos de forma menos precisa nas vicinais. Esse padrão geográfico reforça o caráter estratégico da fundação da COOPOXIN, que buscou uma base sólida e concentrada para garantir governança interna, assistência técnica mais eficaz e logística de produção mais eficiente, que se estende para além dos limites do município de fundação.

As contribuições da COOPOXIN para identidade de qualidade das amêndoas da Transamazônica e Xingu

A produção de cacau da região carrega um histórico negativo, sendo frequentemente definida pelos compradores como amêndoa de refugo (Vegro; Assumpção; Silva, 2014), devido à sua baixa qualidade. No entanto, estudos indicam que, quando produzida corretamente, essa

amêndoa pode apresentar alta qualidade, com bons índices de teor de gordura, peso médio, rendimento e ponto de fusão – superando inclusive a amêndoa da Bahia, principal concorrente da região da Transamazônica (Rodrigues, 2006).

Sobre isso, Calvi; Augusto; Araújo (2010) apontam que essa desvalorização tem sido um agravante para a produção regional, pois leva muitos agricultores a negligenciar a qualidade do produto, já que os mercados locais não a reconhecem nem a remuneram de forma adequada. Mesmo com o conhecimento técnico necessário – adquirido tanto por meio da assistência da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) quanto pela experiência acumulada no território, os produtores se veem desmotivados a seguir as boas práticas. A lógica imposta pelos atravessadores e compradores locais acaba inibindo a produção qualificada, perpetuando assim o estigma de má qualidade sobre o cacau da região.

Os cacaucultores informaram que os compradores locais de cacau não fazem distinção de preço pela qualidade das amêndoas. Segundo seus relatos, a maioria dos produtores não se interessa em realizar as práticas essenciais para dar qualidade ao produto final, pois elas demandam tempo e dinheiro e não redundam em aumento de renda (Calvi; Augusto; Araújo, p. 19, 2010).

Foi justamente essa condição que as cooperativas se propuseram a transformar desde o início: construir uma identidade produtiva reconhecida nacional e internacionalmente pela alta qualidade da produção. A ideia era que o tempo e os custos investidos fossem compensados na comercialização, por meio do valor agregado à qualidade do produto final.

Para consolidar essa nova identidade, foi necessário desconstruir práticas historicamente enraizadas, marcadas pelo uso intensivo de insumos químicos e por um processo convencional de produção de amêndoas. As cooperativas, então, estabeleceram um protocolo rigoroso a ser seguido pelos agricultores, que deveriam incorporar a lógica da produção orgânica, não apenas respeitando os critérios técnicos dessa prática, mas indo além: cuidando da seleção dos frutos, da fermentação e da secagem das amêndoas. Essas etapas são fundamentais para acessar os mercados mais exigentes, que valorizam a qualidade em cada detalhe do processo produtivo.

Para alcançar esses mercados – um dos principais objetivos das cooperativas, é indispensável obter certificações específicas. Essas certificações impõem uma série de exigências tanto para a cooperativa quanto para os cooperados. O não cumprimento desses critérios inviabiliza a obtenção de certificações e impede o acesso a determinados mercados. Os cooperados que não estiverem em conformidade com as exigências ou não corrigirem as falhas apontadas pelas auditorias podem ser afastados da cooperativa (caso contrariem os

princípios da organização) ou perder a certificação de sua área, sendo obrigados a reiniciar todo o processo.

A COOPOXIN, junto às demais cooperativas, está habilitada a comercializar em determinados mercados por contar atualmente com três certificações e uma regularização em andamento. Essas certificações estão registradas em nome da CEPTOX, que é a responsável pela organização dos processos de certificação e pela comercialização das amêndoas da COOPOXIN e das cooperativas associadas. As certificações obtidas por auditoria (OAC) incluem: Produto Orgânico (Brasil), USDA Organic (Estados Unidos) e União Europeia. Além dessas, a certificação Fair For Life (comércio justo) encontra-se em processo de adequação, conforme ilustra a Figura 2.

Figura 2. Certificação orgânica da COOPOXIN e certificação Fair Trade (em processo)



Fonte: Organizado pelo autor, a partir da apresentação proferida pela CEPLAC, em 2019, na Festa do Cacau no município de Placas/PA.

A obtenção dos selos/certificações ocorre após inspeção das certificadoras, sendo necessário que a cooperativa e seus cooperados se adequem a um conjunto de normas e boas práticas. A manutenção dessas certificações depende da continuidade dessas práticas no campo, todas as áreas produtivas devem estar em conformidade com as exigências estabelecidas pelas certificadoras.

A CEPTOX já havia conquistado a certificação Fair Trade (comércio justo), mas, por dificuldades na manutenção dos critérios exigidos – que são altos e custosos, essa foi suspensa. Atualmente, a organização está reestruturando suas áreas e orientando os cooperados para a certificação Fair For Life, também voltada para o mercado justo. As certificadoras responsáveis por conceder esses selos estão indicadas na Figura 3.

Figura 3. Certificadores responsável pelo selo orgânico e Fair For Life.



Fonte: Organizado pelo autor, a partir da apresentação proferida pela CEPLAC, em 2019, na Festa do Cacao no município de Placas/PA.

As certificadoras desempenham um papel estratégico na consolidação dos objetivos da COOPOXIN⁴, que envolvem a produção orgânica, o beneficiamento e a comercialização das amêndoas. A partir da conformidade com os critérios estabelecidos por essas entidades e da obtenção dos respectivos selos, a cooperativa consegue garantir a rastreabilidade e a confiabilidade necessárias para atuar em mercados diferenciados. Esses selos funcionam como garantidores de qualidade e boas práticas, conferindo legitimidade à identidade orgânica da cooperativa diante dos consumidores e compradores nacionais e internacionais.

Nesse sentido, o cooperado destaca a importância das certificações como elementos fundamentais para a consolidação da identidade orgânica da COOPOXIN, reforçando o esforço coletivo da cooperativa em acessar mercados mais exigentes. Por isso, além das certificações já conquistadas, a busca por novos selos, como o Fair For Life (comércio justo), torna-se estratégica para a ampliação de sua atuação comercial e valorização da produção.

Os selos são muito importantes, são eles que dizem se você é aquilo ou não. Os selos de produção orgânica é o que diz se somos orgânicos ou não, por isso que ele é importante. Hoje temos selo de orgânico e estamos mudando o de mercado Justo, já tivemos uns anos e por algumas dificuldades foi suspenso, estamos retomando o selo de mercado justo (Cooperado J.A, 2021).

Para a obtenção das certificações, os cooperados devem cumprir integralmente os critérios estabelecidos pelas certificadoras. Caso alguma inconformidade seja identificada, o produtor tem um prazo determinado para realizar as adequações necessárias, conforme orientações da cooperativa e das entidades certificadoras. Essas normas estão consolidadas no

⁴ Estabelecido estatutariamente, capítulo III.

Manual de Controle Interno, que orienta as práticas produtivas, e no regulamento interno do Programa de Produção Orgânica da Transamazônica, elaborado em 2014.

O manual é disponibilizado aos familiares associados como instrumento de orientação para adequação às exigências legais e certificadoras, em conformidade com a Legislação Brasileira de Agricultura Orgânica (Lei 10.831/2003), a legislação da União Europeia (Regulamentos 834/2007 e 889/2008), o National Organic Program (NOP) dos Estados Unidos e as diretrizes do selo de comércio justo Fair For Life (FLO) (Zamorim, 2017).

Em Zamorim (2017), é destacada a importância da transição para a produção orgânica nas propriedades familiares, ressaltando impactos significativos, como a eliminação do uso de insumos químicos, o fortalecimento da rastreabilidade dos produtos, o maior respeito às normas trabalhistas e a adequação às legislações ambientais. Esses avanços permitem o acesso a mercados mais exigentes e agregam maior valor à produção das famílias cooperadas.

A respeito disto estabelece a propriedade completa como certificada orgânica após um período de 2 (dois) a 3 (três) “Em conversão”, seguindo as normas estabelecidas, como: não utilização de insumos químicos e o uso apenas dos aprovados pela certificadora com incentivo aos fabricados nas propriedades, proibição do uso do fogo, registro das atividades realizadas na lavoura de cacau (poda, limpeza, roçagem, colheita, e outros), a não utilização de trabalhadores menores que 14 anos, e os entre 14 e 17 anos realizariam apenas atividades consideradas menos penosas, respeitar as Áreas de Preservação Permanente, Área de Reserva Legal, e gerir de forma adequada os dejetos sólidos (Zamorim, 2017, p. 67).

Para a obtenção das certificações, é necessário seguir diversos critérios que vão além da produção e do beneficiamento das amêndoas. Existem condições e práticas que devem ser rigorosamente cumpridas para garantir a confiança dos compradores na cadeia produtiva, desde a produção até o produto final (como chocolate, cosméticos, entre outros). A rastreabilidade do produto é um requisito essencial para acessar certos mercados.

As famílias cooperadas precisam adequar-se a normas específicas, como a proibição do trabalho infantil nas atividades familiares, a realização de coleta seletiva do lixo e a garantia de que os filhos dos proprietários ou meeiros em idade escolar estejam matriculados e frequentando regularmente a escola. Além disso, a relação entre proprietários e meeiros deve ser formalizada por meio de contratos, e os cooperados precisam emitir recibos para comprovar pagamentos referentes a serviços terceirizados.

Outro procedimento importante para a manutenção das certificações é a inspeção interna realizada pela cooperativa antes das auditorias externas. Esse processo consiste em um conjunto

de ações preparatórias para garantir que todas as exigências estejam sendo cumpridas, tornando a cooperativa apta a receber os inspetores externos. Essas inspeções internas são conduzidas por pessoas treinadas e qualificadas, formadas pela própria cooperativa, conforme relata Lunelli (2018).

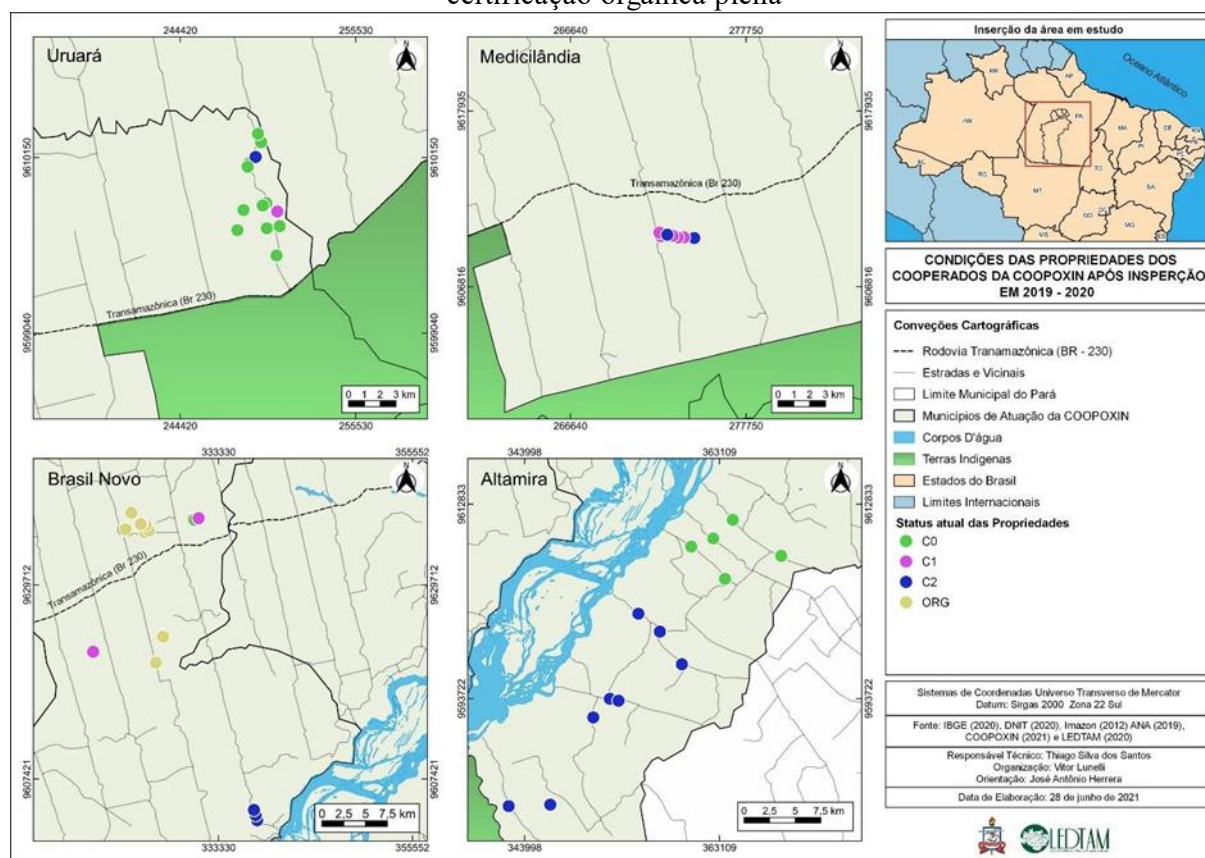
Em relação à obtenção da certificação da produção orgânica, o trabalho de inspeção se dá em dois momentos. O primeiro ocorre com a inspeção interna, que no caso da COOPOXIN, sempre é realizada pelos alunos da Casa Familiar Rural que são treinados pela equipe técnica do programa de produção orgânica. O trabalho do inspetor interno é observar a propriedade de forma individual, verificando se o produto está em conformidade com as exigências. Em seguida, junto com o CLGI (Comitê Local de Gestão Interna), é elaborado um relatório de inspeção, o qual é encaminhado à cooperativa, para que o mesmo oriente o cooperado a cumprir as exigências (Lunelli, 2018, p. 17).

Essa etapa é fundamental, pois permite uma avaliação minuciosa das propriedades, identificando pontos de conformidade e não conformidade em relação aos critérios exigidos. Caso sejam constatadas irregularidades, a cooperativa e o cooperado devem realizar as devidas correções. Após a conclusão das visitas e correções, é elaborado um relatório interno, que é encaminhado à certificadora responsável. A partir dessa documentação, a certificadora realiza sua própria inspeção, verificando a veracidade e a consistência das informações relatadas.

Parte das propriedades é selecionada aleatoriamente para essa inspeção externa, sendo que a diretoria da cooperativa só tem conhecimento das unidades a serem vistoriadas no momento da visita. Essa aleatoriedade confere maior credibilidade e transparência ao processo de certificação.

O resultado da última inspeção (referente ao período de 2019/2020) está apresentado na Figura 4, a qual demonstra a situação das propriedades nos diferentes municípios de atuação da cooperativa, classificadas em fases de conversão (0, 1 e 2) ou como já certificadas como orgânicas.

Figura 4. Status e espacialização das propriedades vinculadas à COOPOXIN após a inspeção realizada no ciclo 2019/2020, conforme classificação por estágio de conversão (0, 1 e 2) ou certificação orgânica plena

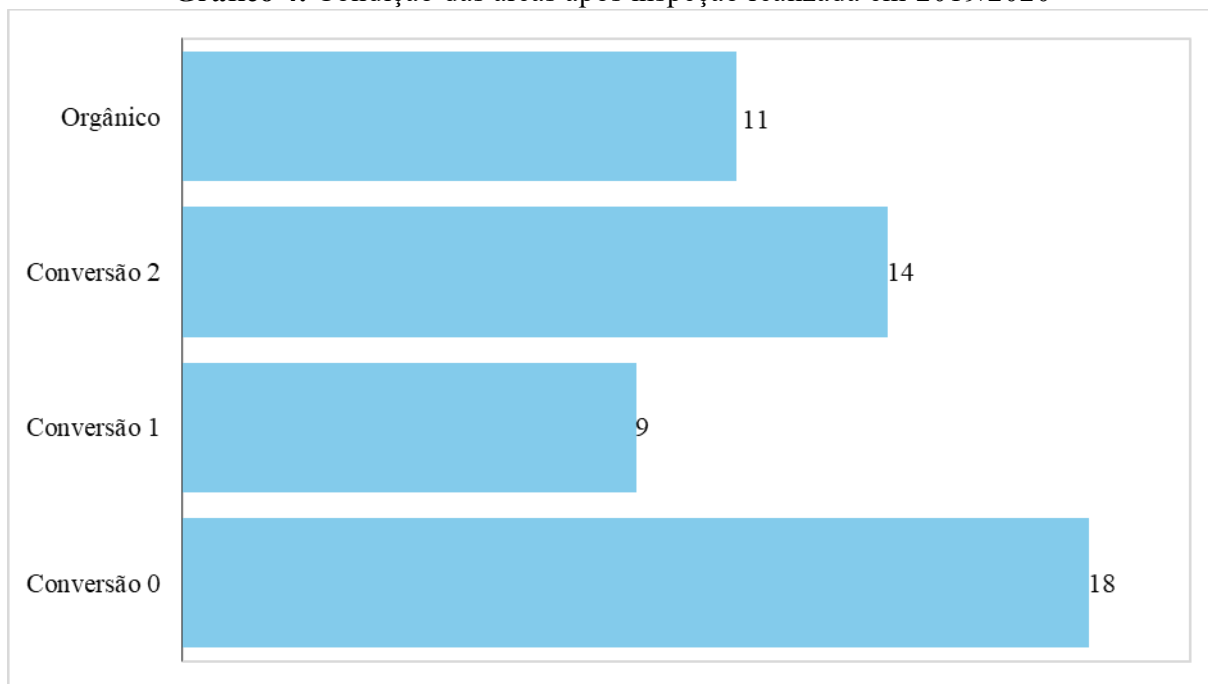


Fonte: Produzido e organizado pelo autor, com base nos dados disponibilizados pela COOPOXIN, em 2021.

A transição para o status de propriedade orgânica leva, em média, três anos. Durante esse período, o cooperado deve passar por um processo conhecido como conversão, que ocorre de forma gradual: inicia-se com o status de Conversão 0, seguido por Conversão 1, depois Conversão 2, até atingir a certificação como orgânico. Assim, caso o produtor utilize, em qualquer fase, insumos ou práticas não permitidas pelas normas da produção orgânica, ele pode perder o status alcançado e ser obrigado a reiniciar todo o processo de conversão.

A Figura 4 apresenta a distribuição das propriedades vinculadas à COOPOXIN de acordo com seus respectivos estágios de conversão ou certificação orgânica após a inspeção realizada no ciclo 2019/2020.

Gráfico 4. Condição das áreas após inspeção realizada em 2019/2020

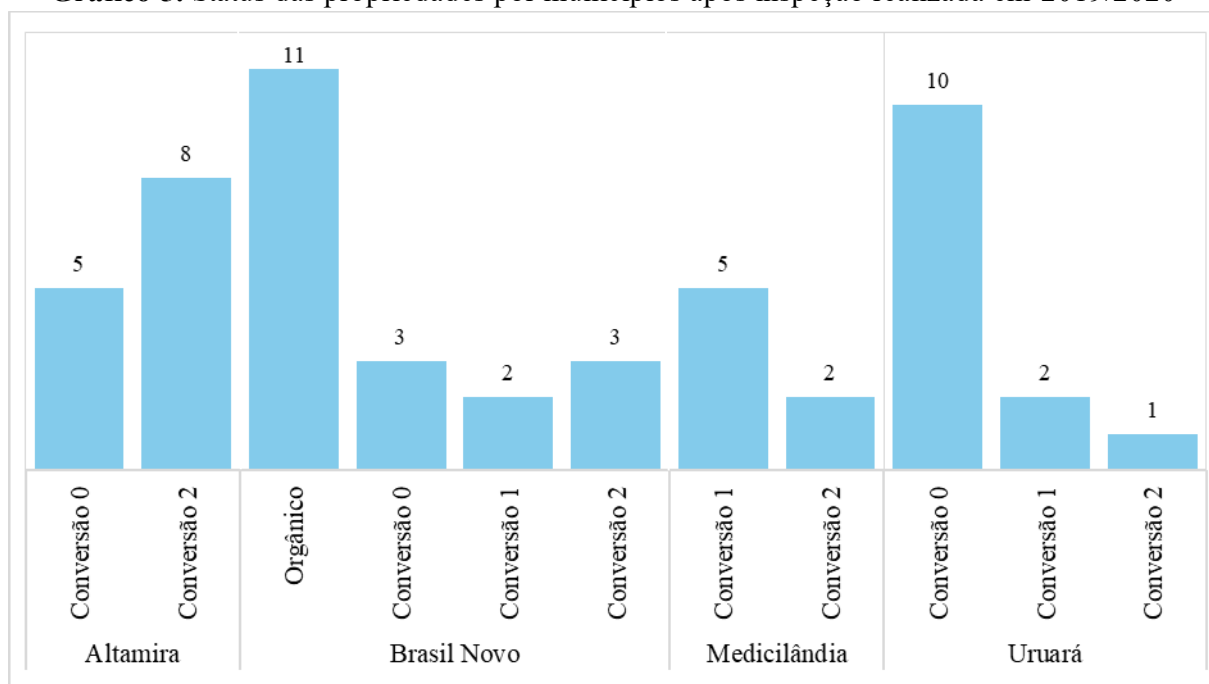


Fonte: Organizado pelo autor, com base nos dados disponibilizados pela COOPOXIN, em 2021.

Esse período de conversão é exigido pelas certificadoras com o objetivo de assegurar que não haja mais resíduos de substâncias químicas no solo nem nas plantas de cacau. Essa exigência representa um dos principais desafios enfrentados pelos agricultores, uma vez que somente após a obtenção do status de 100% orgânico é possível acessar mercados mais exigentes e obter melhores preços pela produção.

A certificação plena permite ao produtor comercializar amêndoas classificadas como tipo exportação (tipo 1), desde que sejam respeitadas todas as etapas do processo pós-colheita, incluindo a seleção criteriosa dos frutos, a quebra e triagem das amêndoas, a fermentação adequada e a secagem.

Gráfico 5. Status das propriedades por municípios após inspeção realizada em 2019/2020



Fonte: Organizado pelo autor, com base nos dados disponibilizados pela COOPOXIN, em 2021.

O Gráfico 5 apresenta a condição das áreas por município, identificando que a maior concentração de propriedades orgânicas está em Brasil Novo (11 áreas). Isso se deve ao fato de o município ser a base de fundação e principal local de atuação da cooperativa, concentrando os cooperados que atualmente acessam os mercados mais exigentes, voltados exclusivamente para amêndoas orgânicas. Nos demais municípios, ainda não há propriedades com status de orgânico, uma vez que os cooperados ingressaram mais recentemente e precisam aguardar o período necessário para a transição. Atualmente, a cooperativa possui 14 áreas em conversão 2, indicando que estão em fase avançada do processo e restando pouco tempo para alcançar a certificação completa.

No que diz respeito ao beneficiamento das amêndoas, utilizamos como referência os estudos de Zamorim (2017), que realizou uma análise minuciosa sobre o funcionamento das cooperativas e os padrões de produção exigidos para amêndoas de alta qualidade. A autora identificou dois tipos principais de amêndoas produzidas: a Amêndoa de Cacau Orgânico de Alta Qualidade (ACOAQ) e a Amêndoa de Cacau Convencional (ACC). A primeira segue um protocolo rigoroso, desde a coleta do fruto até a secagem das amêndoas. A cooperativa tem se empenhado no aprimoramento da produção da ACOAQ, resultado das experiências acumuladas pelos cooperados ao longo dos anos, com o apoio da CEPLAC, alcançando assim um produto final com boa aceitação nos mercados especializados.

Atualmente, os cooperados seguem um cronograma mais padronizado para as etapas de coleta, quebra, fermentação e secagem, embora alguns ainda testem variações no processo com o objetivo de melhorar a qualidade do produto. A avaliação final da amêndoa é realizada pelo gerente comercial da CEPOTX, que classifica o produto em tipos (1, 2, 3 ou fora do tipo), com base em critérios rigorosos. Essa classificação determina o direcionamento dos contratos de venda e define os mercados mais adequados para cada lote de produção.

Figura 5. Estufa de fermentação e secagem de amêndoas de cacau orgânico na Vicinal 16, em Brasil Novo/PA.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Figura 6. Secagem das amêndoas orgânicas e seu depósito em tábua de corte para avaliação da qualidade.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

A Amêndoa de Cacau Convencional (ACC) é produzida pela maioria dos agricultores que operam fora do sistema orgânico e com menor foco na qualidade final do produto. Nesse tipo de produção, muitas etapas fundamentais, como a seleção criteriosa dos frutos e o processo adequado de fermentação, não são devidamente realizadas. Estruturas como cochos para fermentação e estufas para secagem geralmente não são utilizadas, prevalecendo práticas mais simples e tradicionais. Segundo Zamorim (2017), a produção da Amêndoa de Cacau Orgânico de Alta Qualidade (ACOAQ) e da ACC pode ocorrer dentro das mesmas unidades familiares, mas geralmente seguem processos distintos, com níveis diferenciados de exigência e controle.

A produção da ACC está diretamente relacionada às condições técnicas, econômicas e estruturais dos agricultores, bem como à baixa exigência do mercado local e regional, que não valoriza critérios de qualidade mais elevados. Isso permite ao produtor optar por práticas menos rigorosas, sem prejuízo imediato na comercialização local. Soma-se a isso o fato de muitos agricultores não possuírem condições financeiras para estruturar adequadamente suas propriedades, o que inviabiliza a realização completa das etapas necessárias para se alcançar um padrão de qualidade superior. Mesmo quando há algum nível de infraestrutura, a ausência

de domínio técnico ou de acompanhamento especializado limita significativamente a adoção e a reprodução de boas práticas na produção.

A avaliação da qualidade das amêndoas é realizada por um especialista e diretor comercial da CEPOTX, profissional com ampla experiência na área. O processo consiste em uma análise criteriosa de 100 unidades de amêndoas selecionadas aleatoriamente de cada lote pertencente ao cooperado. As amêndoas são cortadas e organizadas em uma tábua, onde são verificados diversos indicadores de qualidade, como presença de mofo, cheiro de fumaça, danos causados por insetos, amêndoas arduas, germinadas ou achatadas. Zamorim (2017) ressalta que o nível de tolerância a esses defeitos varia de acordo com as exigências de cada comprador, sendo possível que alguns aceitem uma margem maior de imperfeições, enquanto outros são mais rigorosos.

A partir de 2015, a cooperativa passou a comercializar também amêndoas convencionais (ACC). Até então, apenas as amêndoas orgânicas de alta qualidade (ACOAQ) eram comercializadas, o que restringia a participação de diversas famílias cooperadas que, embora inseridas na lógica orgânica, ainda não haviam alcançado os padrões exigidos para esse tipo de produto. Com a abertura para comercialização das ACC, essas famílias puderam integrar o processo de venda por meio da cooperativa, especialmente com empresas locais e nacionais que aceitam níveis de qualidade mais flexíveis.

Alcançar esse nível de organização voltado à produção orgânica e de alta qualidade tem sido um processo desafiador. Muitos cooperados apontam dificuldades na transição do modelo agrícola convencional historicamente enraizado na região da Transamazônica. Esse modelo, centrado na lógica do volume e da baixa exigência qualitativa, submete os agricultores a dinâmicas comerciais que desestimulam o cuidado com a qualidade e impõem preços pouco vantajosos, perpetuando uma lógica de produção pouco sustentável e de baixo valor agregado.

São muitas dificuldades, você sair do convencional para ir para o orgânico, tem que mudar totalmente seu hábito, seu jeito de manejar sua propriedade. Tem muitos produtores que não conseguem se adaptar, porque a oferta de produtos convencionais é muito alta, e a produção orgânica você tem que buscar alternativas ao funcional, então é difícil (Cooperado J.A, 2021).

Este cooperado relata as dificuldades inerentes à prática da agricultura orgânica, que vão desde a complexidade de organizar os agricultores até o manejo adequado das áreas produtivas. Essa mesma queixa é recorrente entre outros cooperados, que destacam a facilidade de acesso a insumos químicos para a agricultura convencional – insumos amplamente

disponíveis no comércio local. Já na agricultura orgânica, os produtos permitidos pelas certificadoras não estão prontamente disponíveis no mercado regional, exigindo que sejam enviados para avaliação e aprovação, um processo que demanda tempo considerável.

Diante dessa limitação, muitos cooperados recorrem à fabricação artesanal de insumos, baseando-se nos processos formativos promovidos pela cooperativa e respeitando as normas das certificadoras. Esses desafios impõem à cooperativa a necessidade de desenvolver estratégias específicas para superá-los.

O êxito desse processo de organização produtiva, focado no acesso aos mercados, representa uma possibilidade concreta de transformação da lógica tradicional da região – marcada por uma agricultura de baixa valorização econômica e qualidade inferior. A COOPOXIN oferece, portanto, uma alternativa para que os agricultores acessem grandes mercados e melhores preços, ao mesmo tempo em que fortalecem a organização territorial por meio do cooperativismo como ferramenta de desenvolvimento local.

Considerações Finais

A organização dos agricultores na Transamazônica tem sido conduzida historicamente por agentes sociais empenhados em estruturar e disputar o território, especialmente diante das lacunas deixadas pelas políticas públicas do Estado e pela lógica do capital. Um dos principais instrumentos dessa organização tem sido a Cooperativa de Produtos Orgânicos do Xingu (COOPOXIN), que desde 2005 atua de forma eficaz como ferramenta de organização territorial.

Atualmente, o processo de organização local ocorre a partir das condições estabelecidas no próprio território. Nesse contexto, o cultivo do cacau surge como um potencial vetor para a organização comunitária, servindo de base para um processo marcante de cooperação e fortalecimento por meio do cooperativismo. A incorporação de novas técnicas produtivas e o acesso a mercados diferenciados configuram um novo cenário econômico para a região da Transamazônica, no qual toda a cadeia produtiva dos agricultores é reestruturada sob a perspectiva da produção orgânica e das certificações que a regem.

O trabalho dos cooperados tem se mostrado efetivo, refletindo no crescimento da influência da cooperativa nos principais municípios produtores de cacau da região, atualmente presente em quatro grandes polos da Transamazônica. Apesar dos desafios territoriais e econômicos, como a escassez de incentivos e financiamentos, a cooperativa demonstra, segundo relatos dos próprios agricultores, um esforço contínuo para superar essas dificuldades

por meio da organização coletiva, do trabalho conjunto e da definição clara dos objetivos, especialmente no que se refere à qualidade do produto e ao mercado almejado.

De maneira geral, a atuação da COOPOXIN é fundamental para a organização local, pois desde o início considera as especificidades territoriais e suas contradições como motores do processo organizativo, valorizando a cultura regional como elemento central, de certa forma, inaugura um outro caminho, uma saída das práticas tradicionais, desiguais e exploratórias estabelecidas no território. Aproveita práticas, técnicas e mercados como agentes de transformação regional. Para consolidar esse avanço, a estratégia inclui fortalecer aspectos que costumam ser negligenciados na prática convencional da produção orgânica, como o manejo das áreas, o uso correto de insumos, o trabalho familiar, o beneficiamento, a qualidade final do produto e a inserção nos melhores mercados.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, W. P. **Amazônia de domínio da união: expressões da ordem-desordem na exploração do potencial paisagístico na bacia do Jaurucu, Baixo Rio Xingu – Pará**. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.
- ARAÚJO, S. J. B. **Limites e desafios da transição agroecológica: Um estudo de caso na Cooperativa dos Produtos Orgânicos do Xingu em Brasil Novo – PA**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Agrônoma) - Faculdade de Engenharia Agrônoma, Campus Universitário de Altamira, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2018.
- CALVI, M. F. **(Re)Organização produtiva e mudanças na paisagem sob influência da hidrelétrica de Belo Monte**. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.
- CALVI, M. F. AUGUSTO, S. G. ARAÚJO, A. **Diagnóstico do arranjo produtivo local da cultura do cacau no Território da Transamazônica – Pará**. Altamira: UFPA, 2010.
- HERRERA, J. A. **Desenvolvimento capitalista e realidade da produção agropecuária familiar na Amazônia Paraense**. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- HERRERA, J. A.; NASCIMENTO, F. R. Rodovia transamazônica (BR-230): corolário de novas realidades e problemas territoriais. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 21, n. 3, p. 59-78, 2019.
- LUNELLI, J. **Processos educativo implementado pela Cooperativa de Produtos Orgânicos do Xingu - COOPOXIN: cooperativismo e práticas agroecológicas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação do Campo) - Faculdade de Etnodiversidade, Campus Univerário de Altamira, Universidade Federal do Pará, 2018.
- LUNELLI, J. ROCHA, C. G. S. SOUZA, A. P. S. Processo educativo da Cooperativa de Produtos Orgânicos do Xingu - COOPOXIN, Brasil Novo, Pará. **Revista EDUCAmazônia**, ano 11, v. 21, n. 2, p. 215-231, 2018.
- RODRIGUES, M. R. S. **Descrição da cadeia produtiva do cacau no estado do Pará e a inserção do produto nos mercados nacional e internacional**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade da Amazônia, Belém, 2006.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. 5. ed., 2. reimpr. São Paulo: EdUsp, 2014.
- SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.
- VEGRO, C. L. R. ASSUMPÇÃO, R. SILVA, J. R. Aspectos socioeconômicos da cadeia de produção da amêndoa do cacau no eixo paraense da Transamazônica. **Informações Econômicas**, v. 44, n. 4, 2014.

ZAMORIM, B. G. A. C. **Amêndoa de cacau de alta qualidade na Transamazônica: as práticas dos agricultores familiares em função das exigências do mercado.** Dissertação (Mestrado em Agricultras Amazônicas) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

CRedit Author Statement

Reconhecimentos: Os autores agradecem ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGEO/UFPA) pelo suporte acadêmico e institucional à pesquisa. Agradecem também ao Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia – LEDTAM pelo suporte durante a pesquisa de campo e tratamento dos dados e à Cooperativa de Produtos Orgânicos do Xingu (COOPOXIN), aos seus dirigentes, cooperados e demais participantes que contribuíram com informações e disponibilizaram seu tempo para a realização da pesquisa de campo.

Financiamento: A pesquisa contou com auxílio financeiro do projeto “Guarantee of Uses with Sustainable Practices in the Territories of the Green Extractive Reserve Forever”, financiado pela Climate and Land Use Alliance (CLUA-Brasil), que contribuiu para a realização das atividades de pesquisa e de campo que subsidiaram este trabalho.

Conflitos de interesse: Os autores declaram não haver conflitos de interesse relacionados à realização da pesquisa ou à publicação deste artigo.

Aprovação ética: O artigo resulta de pesquisa de dissertação de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGEO/UFPA). A pesquisa envolveu a aplicação de questionários e a realização de entrevistas com integrantes da Cooperativa de Produtos Orgânicos do Xingu (COOPOXIN). Embora a pesquisa não tenha sido submetida à apreciação e aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa, foram observados os princípios éticos aplicáveis à pesquisa envolvendo seres humanos. Todos os participantes foram previamente informados sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa e manifestaram sua concordância mediante a assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram ainda adotados procedimentos destinados a assegurar a confidencialidade das informações e a preservação da identidade dos participantes, com a omissão de seus nomes e a utilização apenas de iniciais para sua identificação no artigo.

Disponibilidade de dados e material: Os dados que fundamentam o artigo foram produzidos no âmbito da pesquisa de mestrado e incluem informações obtidas em pesquisa de campo, entrevistas/questionários, dados disponibilizados pela COOPOXIN, além de bases secundárias utilizadas nas análises estatísticas e espaciais. Considerando que parte dos dados envolve participantes cuja identidade foi preservada, os dados primários não são disponibilizados publicamente de forma irrestrita. Dados e materiais que não comprometam a confidencialidade dos participantes poderão ser disponibilizados pelos autores mediante solicitação razoável.

Contribuições dos autores – CRediT: **Thiago Silva dos Santos:** Conceituação; investigação; metodologia; coleta, organização e sistematização dos dados; curadoria dos dados; análise formal; elaboração de mapas, gráficos e demais recursos de visualização; redação da versão original do manuscrito; revisão e edição do texto. **José Antônio Herrera:** Conceituação; metodologia; supervisão e orientação da pesquisa; validação; análise e interpretação dos resultados; contribuição para a fundamentação teórico-metodológica; redação, revisão crítica e edição do manuscrito. **Thiago Silva dos Santos e José Antônio Herrera:** participaram da discussão dos resultados, revisão final do manuscrito e aprovação da versão submetida/publicada.